

O olhar pós-moderno dos novos movimentos sociais

Maria Lúcia Duriguetto¹
maluduriguetto@gmail.com

Modalidad de trabajo: Resultados de investigaciones
Eje temático: Relación del Trabajo Social con los movimientos sociales.
Palabras claves: Pós-modernidade – movimentos sociais - projeto societário

Introdução

Este trabalho é resultado de uma investigação acerca das formulações teóricas da chamada pós-modernidade. O objetivo é explicitar alguns dos fundamentos do pensamento pós-moderno em e na articulação com a temática dos movimentos sociais, no sentido de demonstrar que a leitura pós-moderna dos movimentos sociais é abertamente funcional à lógica do padrão de acumulação e de regulação social do capitalismo contemporâneo.

Determinantes estruturais e ideo-políticos do pensamento pós-moderno

A afirmação, no campo teórico e político, da perspectiva pós-moderna, não pode ser analisada fora do contexto econômico e político no qual emergiu a partir das três últimas décadas do século passado. Este período marca o esgotamento do ciclo de expansão e vigência do padrão de acumulação fordista e do regime de regulação *Welfariano*, vindo a se manifestar em uma *crise estrutural do capital*².

Segundo Antunes (1999: 29-31), os elementos constitutivos mais essenciais dessa *crise* podem ser identificados na queda da taxa de lucro, decorrente da incapacidade de responder à retração do consumo, produto do desemprego estrutural, que então se iniciava; na hipertrofia do capital financeiro e na maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se uma ofensiva do capital e do Estado para retomar o patamar de acumulação anterior. Essa ofensiva se materializada no desenvolvimento, em oposição ao padrão fordista, de um novo regime de acumulação que Harvey (1992: 140) denomina como *flexível*, que se materializa na reestruturação

¹ Dra. em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil. Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

² Trata-se, segundo a análise de Mandel (1990: 11-13), da emergência de uma crise econômica que expressa o esgotamento da onda longa expansiva identificada nos países centrais a partir do II pós-guerra, quando, então, se inicia uma nova 'onda longa recessiva', caracterizada por uma taxa de crescimento médio inferior à alcançada nas décadas de 1950 e 1960".

produtiva e se revela pela desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, levando à precarização das condições de trabalho e emprego, ao combate à legislação trabalhista e à redução do poder sindical. Essas transformações do mundo do trabalho constituem a sustentação material de um novo padrão de regulação social, o projeto neoliberal (Antunes, 1999). Nele, a *crise* passa a ser enfrentada com a implementação de políticas voltadas para a retração (*ideológica*) da sua intervenção na regulação da economia³ e dos gastos públicos com políticas sociais.

Mais é importante também demarcar, que a acumulação flexível e o neoliberalismo, enquanto respostas do capital para enfrentar a sua *crise*, também precisam de serem analisadas no contexto da crise dos dois projetos societários - o social-democrata e o do chamado "socialismo real"⁴. É com o caráter histórico-universal da crise do *Welfare State* e do socialismo real que os neoliberais vão trabalhar para a "formação de uma *cultura política* dessa 'nova ordem' que exige a desqualificação do significado histórico dos projetos de 'democratização do capital' e da 'socialização da riqueza socialmente produzida' como alternativas 'à ordem', e/ou 'na ordem' do capital" (Mota, 1995: 93). A *visão de mundo pós-moderna é também uma ofensiva ideológica e cultural do capitalismo contemporâneo*⁵.

³ Como afirma Netto (1995: 195), o que a grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira desejam e pretendem em face da crise contemporânea da ordem do capital, "[...] é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é 'reduzir a intervenção do Estado', mas encontrar as condições ótimas (hoje só possível com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus interesses particulares de classe".

⁴ Em relação à crise do Estado de Bem-Estar, Netto (1993: 68) afirma que as suas causalidades devem ser buscadas, por exemplo, como um problema de natureza administrativa ou como fenômeno de caráter financeiro ou tributário mas como "fracasso do *único* ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos" (grifos do autor). Quanto ao colapso do "socialismo real", para Netto (1993: 67,72) sua raiz reside na identificação entre "[...] socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia de Estado e partidos fusionados, que tentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos."

⁵ Para Harvey (1992:257-265), a virada cultural para o pós-modernismo está articulada à constituição do regime de acumulação flexível e seus desdobramentos na criação de um novo ciclo de compressão tempo-espço na economia. Essa compressão é produzida pela aceleração do tempo de giro do capital na produção - obtida através da implantação de novas tecnologias produtivas, novas formas organizacionais (subcontratação, *just in time*, etc.) - aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação, de informações, do fluxo do dinheiro (bancos eletrônicos e cartões de crédito), etc. Segundo Harvey, é esta compressão que evidencia a construção de uma forma de ser, pensar e agir pós-modernas que se expressam no alijramento e diversificação dos hábitos de consumo; de consumo de serviços (comerciais, alimentares, educacionais, de saúde etc.), de estilos de vida, de recreação. Essa dinâmica volátil origina uma "sociedade do descarté" - que, de acordo com Harvey, tende a jogar fora não apenas bens produzidos, mas também "estilos de vida, relacionamento estáveis, apego a coisas". Também destaca a publicidade como um sistema de manipulação de gostos e opiniões mediante imagens que podem ou não ter relação com a mercadoria a ser vendida. Além de ter se tornado um elemento fundamental para concorrência na venda de mercadorias, a imagem passou a ser também "parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado da vida" (Harvey, 1992: 260).

Alguns fundamentos teóricos e políticos pós-modernos

O pensamento pós-moderno se constitui em uma vasta gama de tendências de diferentes matrizes e perfis ideopolíticos⁶. De acordo com Rouanet (2000), o uso do termo pós modernidade e pós-modernismo é empregado em diferentes âmbitos: uns os empregam no campo exclusivo das artes, outros os empregam para a totalidade da esfera cultural, incluindo a ciência e a filosofia e ainda existem os que o aplicam à sociedade em geral. Não obstante essa multiplicidade e variedade de usos, o termo é invariavelmente utilizado para expressar uma constatação comum: *a crise ou o fim da modernidade*. Como nos esclarece Evangelista (2007:75-76), “como o próprio termo sugere, o pensamento pós-moderno se afirmaria como expressão intelectual de uma nova ordem societária que se está formando em contraposição à modernidade em crise. O pensamento pós-moderno seria a expressão teórica e cultural de uma nova situação sócio-histórica: a condição pós-moderna”.

Para os objetivos deste trabalho, que é evidenciar a relação entre *pós-modernidade* e *os chamados novos movimentos sociais*, nos deteremos em explicitar dois tópicos que, no nosso entendimento, sustentam fortemente as teorizações e perspectivas de ação social pós-modernas: *a defesa da crise da razão moderna e a rejeição do conhecimento totalizante; e o fim de qualquer projeto societário que se contraponha ao do capitalismo*.

1- A crise da Razão - No âmbito da teoria social, o termo pós-moderno diz respeito às teses que sustentam a crise dos paradigmas nas ciências sociais e a necessidade de uma nova produção de conhecimento, agora não mais centrada nas metanarrativas, mas na atenção às diferenças, ao efêmero, ao fragmentário. Como esclarece Wood (1993;13), o fio principal que perpassa os argumentos pós-modernos é a “ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano”.

Primeiramente, o grande alvo da crítica pós-moderna é a *Razão* moderna. A idéia de que a realidade é um todo complexo e contraditório, mas passível de ser apreendido racionalmente, problematizada e transformada é duramente criticada. Para a maior parte das concepções pós-modernas, a realidade é um todo fragmentado, marcado pela efemeridade, pela fragmentação e pela indeterminação, o que impossibilita existir uma

⁶ A produção teórica pós-moderna é vasta e abrangente, com postulações no âmbito das artes - arquitetura, literatura, pintura - da filosofia, das ciências humanas e sociais. Nosso foco aqui será neste último campo, no qual é possível identificar uma heterogeneidade de formulações que vão de perspectivas neoconservadoras a perspectivas mais críticas, como a de Boaventura de Souza Santos, um intelectual fortemente defensor do potencial de luta dos Novos Movimentos Sociais.

narrativa ou metanarrativa capaz de explicar a totalidade da vida social. Ou seja, o real não é possível de ser explicado e entendido em sua globalidade, podendo apenas as suas partes serem descritas de forma isolada e fragmentada.

Nesta direção, há uma forte propensão a semiologizar o real, isto é, a reduzir a realidade e o conhecimento sobre ela a uma construção discursiva. Ou seja, o conhecimento e os critérios de verdade da realidade são produtos dos gostos, valores e convicções pessoais. Sendo assim, cabe à subjetividade individual definir e aceitar, por exemplo, a veracidade e a validade de argumentos em disputa. Uma das implicações dessa construção discursiva do real é o abandono de critérios objetivos e universais que possam definir quais valores são desejáveis e úteis à humanidade e quais não são.

Essa concepção da vida social como um conjunto de fragmentos cujo conhecimento está a cargo dos discursos individuais, portanto, de uma construção *irracionalista* – tem, particularmente duas implicações: no campo da teoria social, a realidade deixa de ser retratada como uma totalidade cheia de conexões. No campo da práxis política, essa forma de conhecer e conceber a realidade como um todo caótico e aberto a todos os relativismos, impossibilita qualquer tentativa de engajamento em algum projeto universal de emancipação, “o que torna o pragmatismo a única filosofia de ação possível” (Harvey, 1992: 55). *Nestes dois últimos campos, há particularmente uma negação do marxismo como teoria social, ou seja, do materialismo histórico enquanto modo de análise, e como práxis política.*

Uma das consequências desta postura analítica para a compreensão da realidade é a dissolução dos nexos estruturais e das incidências de determinações entre, por exemplo, as relações de produção / a configuração das classes sociais / e o Estado. Desse modo, como nos esclarece Borón (2003:67), perde-se de vista a natureza da classe que informa as relações de poder ao mesmo tempo “em que se omite o papel central que o Estado capitalista desempenha como supremo ‘organizador’ da rede de relações de poder mediante a qual a classe dominante assegura seu predomínio”. Na mesma direção, está as reflexões de Wood (1999: 15) “Uma vez que não há sistemas ou história suscetível à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo a uma contestação geral do capitalismo (...); o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas”. É nesta postura de ação política que está presente as análises pós-modernas. No lugar dos sujeitos, organizações e lutas políticas universais, como classes, partido e luta de classes, a crítica política pós-

moderna defende a protagonização dos grupos particulares como de mulheres, homossexuais, minorias étnicas, que lutariam contra os diversas formas de poder e opressão presentes na vida cotidiana e dispersas por toda a sociedade civil.

2- A política dos novos movimentos sociais: Para os pós-modernos, as sociedades contemporâneas, altamente diferenciadas, não possibilitam mais aquelas formas de identificação tradicional, como a de classe, que motivou os movimentos sociais e políticos do séc XIX e início do séc XX. Com a erosão da identidade de classe, enquanto identidade unificadora e abrangente, as identidades foram se fragmentando e se reestruturando a partir de novos e múltiplos referenciais e interesses, sempre parciais, e não mais universais e abrangentes como antes. Ou seja, interesses universais e de classe são substituídos por objetivos grupais específicos e localistas dos *novos movimentos sociais*. “Esses novos atores políticos não mais possuiriam uma origem em determinadas relações sociais estruturais, nem muito menos em relações sociais de produção (...) Para a política pós-moderna, teriam desaparecido os sujeitos históricos que ocupam a priori uma posição política estratégica por sua inserção estrutural na sociedade capitalista” Evangelista (2007:177-178).

Essa crítica e inovação da política está, para os pó-modernos, vinculada ao fracasso dos enfoques reformista (social democrata) e o revolucionário (experiências do chamado socialismo real). O fracasso destes projetos societários resultou, para os pós-modernos, no fim da política clássica de classes e na agora protagonização de *políticas de identidade*.

Analisando a linha de ação da chamada "nova esquerda" ou do "pós-marxismo" a partir dos anos 1970 - que está, no campo da ação política, sintonizada com o conjunto das teorizações pós-modernas, Harvey (1992: 319-320) descreve que sua perspectiva ideopolítica era a de livrar-se das "algemas" da política da velha esquerda (particularmente em sua representação por partidos comunistas e pelo marxismo "ortodoxo") e das instituições burocratizadas do capitalismo ocidental (Estado, sindicatos etc), participando dos 'novos' movimentos culturais e sociais (raça, gênero, ecologia etc.). Entretanto, continua Harvey, "ao fazer este movimento, a nova esquerda tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico enquanto modo de análise", Essa "nova esquerda" caracteriza-se, segundo Petras (1999:17-23), pelas seguintes posturas intelectuais e prático-políticas: defesa do fim das ideologias revolucionárias com o 'fracasso' do socialismo real; acusação de que o

marxismo, ao enfatizar a determinação de classe, acaba operando uma leitura reducionista dos processos organizativos e ideo-políticos, propondo o abandono desta determinação pela ênfase em e nas identidades culturais (gênero, etnia, etc.).

Nas teorizações da “nova esquerda” ou “pós-modernas de esquerda” há uma apologia da *sociedade civil*, entendida, tal como a concebe o liberalismo, como lugar do exercício das liberdades civis contra a opressão estatal e como a esfera em que se desenvolvem as ações sociais que se caracterizam ou que objetivam a *diferença*, a *diversidade* e o *pluralismo*.

Nessa direção, os pensamento pós-moderno caracteriza a sociedade civil como um campo aberto para escolhas pessoais, tanto de padrões de consumo quanto de estilos de vida⁷. A consequência, para os pós-modernos, dessa pluralidade de estilos de vida e de identidades sociais múltiplas, é a produção de relações e experiências diversas, o que torna a sociedade civil um campo fragmentado e diverso de ações sociais. Como nos esclarece Wood (1999:13), as implicações políticas dessa postura analítica pós-moderna é que o “o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o ‘sujeito descentrado’) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundadas em uma ‘identidade’ social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns”.

Em consequência, para os pós-modernos, inexistente um código ético capaz de integrar as nossas diferentes subjetividades, pois estas se encontram divididas em uma multiplicidade de particularismos e interesses localizados em diferentes grupos (profissionais, familiares, sexuais, étnicos, religiosos, etc.). Ou seja, assiste-se uma mudança nos processos de identificação social, em que os indivíduos não mais se vêm referenciados a identidades tradicionais como a de *classe* e em *demandas materiais*. O que parece agora ser crescente são processos de identificação baseados no compartilhamento de perspectivas e referências culturais, como as advindas de identidades mais particulares tais como sexo, idade, orientação sexual, raça, religião, etnia, nacionalidade, status civil, estilos musicais etc. Desta forma, dependendo das múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas, uma de nossas subjetividades poderia se destacar, tais como etnia, gênero, classe, cultura, etc. E esta subjetividade é que seria a

⁷ Como vimos, esse campo aberto de escolhas pessoais resulta não de uma suposta ampliação das liberdades de consumo, mas é uma dinâmica inerente à nova lógica de produção de mercadorias voltada para a invenção de necessidades, fortalecendo a reificação e o fetichismo.

referência, naquela circunstância específica, das perspectivas de resistência que se apresentam para o sujeito.

As consequências desta postura analítica é a defesa de que desapareceram os atores políticos tradicionais, como os partidos políticos e sindicatos. Aqui, os únicos “agentes da política seriam sujeitos políticos particulares e transitórios, constituídos por grupos com fins específicos e com demandas próprias, que atuariam em campos setoriais de dominação através de formas singulares de resistência”. Ou seja, a única forma de ação política é aquela baseada em “diferenças de identidade” que deslocam os “interesses universais para dar lugar a particularidades étnicas, sexuais, ecológicas, de gênero etc.” Evangelista (2007:177).

A base empírica que dá visibilidade a essa fragmentação societária está na proliferação dos chamados *novos movimentos sociais* e aos temas e questões diversas em que atuam como raça, gênero, etnicidade, sexualidade etc. Para os pós-modernos, esses novos movimentos sociais já não mais baseiam suas ações numa suposta identidade de classe e muito menos lutam contra a exploração. O que move suas ações sociais são as identidades incorporadas e o movimento contra as opressões diversas que suas identidades são alvo. Para os pós-modernos, o que os novos movimentos sociais aspiram com esse “novo pluralismo” é o reconhecimento e incentivo das diferenças de gênero, cultura, sexualidade, etc Wood (2003: 221).

Assim, trabalha-se agora com a perspectiva de uma pluralidade de “sujeitos sociais” importantes, que independente da classe social a que pertencem podem agora desenvolver mudanças viáveis, ainda que no limite da sociedade capitalista. Em decorrência, tem-se a substituição dos conceitos de *revolução* e de *emancipação* pela “micropolítica”, ou seja, pelas pequenas lutas, sem centro e sem coordenação.

Considerações finais

O entendimento das postulações teóricas e políticas pós-modernas apenas pode ser desvelado quando referidos à crise do capital e da sua ofensiva, que tem na acumulação flexível e no projeto neoliberal sua base material e ideológica. Essa ofensiva também se fez acompanhar de mudanças ideológicas e culturais, que encontra no pensamento pós-moderno um construto teórico e político que lhe é altamente funcional. É altamente funcional por abandonar a crítica teórica e a ação política contra o capitalismo.

Na medida em que há a recusa de apreender o capitalismo como um sistema dotado de lógica e realização totalizantes, o que se tem é a impossibilidade de sua própria crítica. O abandono das formas de luta e de organização clássicas das classes subalternas pela ação política dos novos movimentos sociais; a ausência de uma perspectiva de ação política voltada para a socialização da economia e do poder político e a priorização das resistências cotidianas contra um poder difuso que não faz referência ao poder da exploração de classes, sintonizam o pensamento pós-moderno com a tese dos neoconservadores de que com o colapso da experiência socialista, a história também chegou ao fim, ou seja, o capitalismo é um estágio insuperável da história.

Termino com as lúcidas afirmações de Wood (2003:224-225) “O projeto socialista deve ser enriquecido com os recursos e as idéias dos ‘novos movimentos sociais’ (...) e não empobrecidos pelo uso desses recursos e idéias como desculpa para desintegrar a resistência ao capitalismo. Não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana.”

Bibliografia:

- BORÓN, A. *Filosofia Política Marxista*. SP: Cortez, 2003.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Teoria social pós-moderna- introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MANDEL, E. *A crise do capital*. Campus, UNICAMP/Ensaio, 1990.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J.P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. "Crise global contemporânea e barbárie"; in VIGEVANI, T. et al. *Liberalismo e socialismo. Velhos e novos paradigmas*. São Paulo: UNESP, 1995.
- PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB, col. Sociedade e Ambiente, n.3, 1999.
- RODRIGUES, M. "Michel Foucault sem espelhos: um pensador *proto* pós-moderno". *Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 2006.
- ROUANET, S.P. *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- _____. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- Wood, E. W. "O que é a agenda "pós-moderna" in Wood, E. M e Foster, J.B. *Em defesa da história – marxismo e pós-modernismo*. RJ: Zahar, 1999.
- _____. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. SP: Boitempo Editorial, 2003.